



# DO MUNDO DA ESCOLA PARA O MUNDO DO TRABALHO: TRAJETÓRIAS JUVENIS NO CENÁRIO DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA EM MACAÉ

*Scheila Ribeiro de Abreu e Silva<sup>1</sup>*

## 1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre a experiência da juventude e as formas de inserção no mundo produtivo é de extrema relevância, considerando que, no atual cenário, os jovens têm passado por movimentos difíceis, complexos, repletos de frustração e sofrimento, no que se refere à transição entre o universo escolar e profissional, pauta que tem demandado farta investigação.

No contexto da sociedade ocidental, desde os fins do século XX, as transformações ocorridas têm provocado diversos impactos na vida dos sujeitos sociais em todas as esferas. Mudanças, que ao considerar os processos de transição para a vida adulta, delineiam um panorama de riscos e incertezas, estando a juventude imersa no contexto de paradoxos e dilemas.

O significado de ser jovem e a concepção das relações juvenis na sociedade contemporânea está atrelado aos contextos cultural, social, político e econômico nos quais cada indivíduo encontra-se inserido. Portanto, constitui-se uma construção cultural e social que em cada momento histórico possui significados e representações diversas.

No município de Macaé, o cenário de grave crise econômica e a exclusão da juventude do mercado produtivo é algo latente, um problema que vem se arrastando há anos, afetando gerações de estudantes.

A proposta deste capítulo consiste no desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, cujo foco é a análise das questões que perpassam a situação de desemprego que atinge a juventude macaense. Duas questões fundamentais serão analisadas considerando a difícil transição entre escola e mundo do trabalho: a exclusão educacional e o problema do desemprego que atinge essa parcela da população.

O levantamento quanto ao desemprego e à escolarização da juventude macaense consiste em pesquisa qualitativa, com análise de dados secundários relacionados ao emprego e à educação. Os dados utilizados foram selecionados da base do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e disponibilizados no âmbito do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (Pdet) pelo Ministério do Trabalho e Emprego<sup>2</sup>; dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do IBGE. O período de análise compreende o período entre 2012 e 2018, com ênfase para o contexto de crise econômica e social vivenciada pelo município.

Estudar a população jovem de Macaé neste universo de investigação, pressupõe compreender os modos como, dentro de um cenário de forte crise econômica, tem ocorrido a transição do mundo da escola para o mundo do trabalho, considerando ser esta uma parcela importante dos excluídos do mercado. Neste sentido, optou-se pela análise da faixa etária de 18 a 24 anos, determinada pela abordagem acerca do fluxo escolar. Esse período etário compreende jovens que, em uma escolaridade sem interrupções, já devem ou deveriam ter

concluído o Ensino Superior e ingressado no mercado de trabalho.

Quando comparado ao restante da população ativa, o desemprego entre os jovens da cidade tem se mantido elevado no decorrer do período observado, sendo mais expressivo nos recentes anos. O que os indicadores de trabalho apontam é uma exclusão que tem se agravado a cada ano. Da mesma forma, os indicadores educacionais apresentam um acentuado processo de desigualdade educacional, com a ocorrência de um ciclo marcado pela repetência e distorção idade-série, assim como pela evasão escolar.

Todo esse processo que tem marcado a educação macaense, a despeito de todos os esforços de políticas públicas voltadas ao processo de escolarização da população assim como de iniciativas e programas voltados ao aumento da empregabilidade e da renda, mantém índices deveras preocupantes.

## 2. DO MUNDO DA ESCOLA PARA O MUNDO DO TRABALHO

A recorrente crise econômica que afeta o município ocasiona impactos diversos, sendo o desemprego, no contexto do atual sistema econômico capitalista, o aspecto mais preocupante, atingindo a sociedade como um todo. Não obstante, a juventude desprovida de experiência e qualificação na atualidade é a porção da população mais afetada. Dados do IBGE apontam que a taxa de desemprego no segundo semestre de 2018 entre os trabalhadores de 18 a 24 anos (26,6%) foi mais que o dobro da taxa de desemprego da população em geral (12,4%).

De acordo com Pochmann (2012), a associação entre a reestruturação produtiva e a globalização econômica, principalmente nos países periféricos, é a principal causa do desemprego. Os novos rumos ditados pela economia têm gerado um excedente de mão de obra, o que leva a uma crescente responsabilidade por parte do país na condução de uma política pública capaz de enfrentamento da questão:

[...] neste último quartel do século XX, o Brasil vem se destacando na geração de um grande excedente de mão-de-obra, especialmente entre os jovens. Para as pessoas na faixa etária de 15 e 24 anos observa-se uma expansão do seu tempo livre disponível, cada vez mais esperando por alguma ocupação (POCHMAN, 2000, p. 2).

O debate acerca da educação e da formação profissional diante das transformações empresariais ocorridas no final do século XX, considera como uma das vertentes de discussão a inadequação existente entre o sistema educacional e o sistema produtivo (POCHMAN, 2012). No curso da sociedade pós-industrial, a exigência de trabalhadores com novos parâmetros de qualificação para ingresso em um mercado de trabalho em transformação demanda a incorporação de novas habilidades, considerando o avanço tecnológico.

Diante das novas trajetórias no mundo do trabalho contemporâneo, a estrutura de formação profissional tem exigido novos padrões de qualidade desde as séries iniciais. A qualificação profissional possui um viés determinante ao se pensar a preparação do profissional para, ao longo de sua vida, poder competir por um posto de trabalho qualificado para o exercício de funções específicas e estáveis, por períodos de longa duração (POCHMAN, 2012).

O anseio por melhores oportunidades de vida e a possibilidade de ascensão econômica na sociedade brasileira está demarcada por um processo de estratificação social, sustentado em uma racionalidade que atende à lógica de mercado. A inserção dos indivíduos e das famílias nas relações de produção na sociedade capitalista, a participação nas relações econômicas e a relação de propriedade ou não-propriedade são fatores determinantes na definição de classe social, seguindo uma abordagem histórica do conceito (BRESSER-PEREIRA, 1973).

A discussão acerca da mobilidade social que trataremos neste trabalho não se detém ao enfoque centrado na diferenciação social. Abarca, ainda, o sentido de desigualdade de oportunidades, entendendo a profissão e a educação como elementos fundamentais, considerando a ativa participação dos indivíduos na sociedade.

Dessa maneira, a mobilidade social inscreve-se no campo de estudo das desigualdades na medida em que esclarece processos de cristalização ou redistribuição, permanência ou mudança nas chances de alocação na estrutura social (SCALON, 2001, p. 3).

Apontando a educação como uma variável de maior poder explicativo para a desigualdade de renda no Brasil, Ferreira (2000) destaca que a desigualdade educacional gera a desigualdade de renda, considerando que o desequilíbrio educacional está centrado nos diferenciados processos de formação e distribuição das oportunidades educacionais, o que traz como consequência maior a desigualdade social.

A valorização da educação, enquanto potencial de desenvolvimento, uma vez que contribui para a formação de mão de obra qualificada e aumento dos postos de trabalho, vem sendo defendida pela teoria do capital humano. As questões, além do viés econômico proposto por essa teoria, - investimento em educação enquanto insumo para o setor produtivo capitalista (SCHULTZ, 1973) - oportunizam a reflexão acerca da formação da juventude; da educação além da perspectiva meramente tecnicista; do espaço que a juventude abarca no próprio desenvolvimento da sociedade; das identidades juvenis e as necessidades, que além das perspectivas de futuro, o presente real impõe (AMBROVAY; CASTRO, 2006).

Nos processos de transição para a vida adulta está a juventude imersa em um contexto de paradoxos e dilemas. Constituindo-se uma categoria que ultrapassa os limites temporais de viés cronológico<sup>3</sup>, de transição entre a infância e a vida adulta, é construída socialmente, sujeita a modificar-se ao longo da história (CASTRO E ABRAMOVAY, 2002). A juventude, considerada simultaneamente como um percurso para a inserção e emancipação social e como um tempo próprio para vivência e experimentações, atravessa caminhos de acentuada diferenciação e desigualdade no acesso às oportunidades e direitos que variam de acordo com sua renda, gênero, orientação sexual, raça, local de moradia, deficiência, entre outras.

A perspectiva do reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos, conforme apresentado nas diretrizes da Política Nacional da Juventude (NOVAES, *et al*, 2006), tem demandado esforços concretizados em políticas públicas que não alcançam a própria condição juvenil e os condicionantes e as heterogeneidades presentes nesse universo. O que os indicadores sociais apresentam é que as políticas não dão conta de eximir a juventude dos processos de vulnerabilidade a que está submetida. Processos esses que colocam como destaque os jovens afetados pela violência, desemprego, criminalidade, drogas, gravidez indesejada, entre outras, presentes no cenário de desigualdade das cidades do país.

O problema educacional do Brasil repercute diretamente na força de trabalho caracterizada pela baixa escolaridade. Constitui um grande desafio que tem se colocado ao Estado e à gestão da força de trabalho das instituições empregadoras, considerando a necessária ampliação do contingente de pessoas com formação de nível médio e superior, sendo a extensão da escolaridade um dos pressupostos para o desenvolvimento de uma nação. Dados do IBGE (2017) destacam que a taxa de desemprego é maior entre as pessoas com menor escolaridade, sendo os que possuem nível médio incompleto (20%) os mais afetados.

A inserção profissional, para além de uma abordagem reducionista que coloca a educação como produto de resposta às necessidades e exigências do mundo do trabalho, é "(...) resultado da interação entre os acadêmicos (seus valores e estratégias), os empregadores (suas lógicas e necessidades) e os diplomados (seus percursos e dinâmicas pessoais e sociais (ALVES, 2005, p. 31)". Um largo e intenso período repleto de aprendizagem, desenvolvimento pessoal e construção de identidade, mas também marcado por descontinuidades, rupturas, incertezas e alternâncias (VANIÉRES, 1997). Até o alcance da estabilidade de uma atividade remunerada, os jovens peregrinam por um processo complexo de emprego, desemprego, retorno à formação escolar/acadêmica e busca de atuação dentro da área desejada.

No contexto do atual cenário econômico do país, com a ocorrência da redução dos postos de trabalho e da ausência de uma expansão qualitativa da escolarização, a juventude afetada diretamente pelo desemprego configura-se como um problema social. A realidade do desemprego está associada às questões de desigualdade, inequidade, empobrecimento, precarização, afligindo famílias inteiras. Em relação ao desemprego juvenil, somado a essas questões, está a desesperança, o desengajamento da vida pública e pessoal, a ausência de perspectivas de futuro e entrada na vida adulta. Logo, percebe-se um alongamento do presente juvenil, marcado por indefinições, exclusão e instabilidade.

Em uma análise mais abrangente:

Países em que a maioria da população possui alta escolaridade tendem a desfrutar de menor desigualdade de renda. Assim, essa desigualdade é maior em países com grande proporção de pessoas sem o ensino médio, como ocorre, por exemplo, no Brasil, na Costa Rica e no México (BRASIL, 2018, p. 09).

No contexto de desestabilização da sociedade salarial, o papel do emprego se redimensiona e as dificuldades de inserção profissional se tornam latentes. A instabilidade, e mesmo o desaparecimento do emprego e a formas de inserção no mercado de trabalho precárias, ocasionam um choque social, sendo a exclusão uma das faces da questão social que atinge mais expressamente os jovens, definido por Castel (1998) como um problema da sociedade contemporânea.

No novo quadro das relações do trabalho, de flexibilização dos processos produtivos, estabelece-se um processo de desassalariamento e de fragmentação entre a condição de assalariado e de proteção social. Para o autor, como resultado dessa perspectiva, tem-se o quadro de "nova vulnerabilidade de massa", emergindo "uma nova questão social (OLIVEIRA, 2014)".

A passagem do mundo da escola para o mundo do trabalho permanece com um profundo abismo, sendo longo e complexo o caminho transitado pelos jovens em busca de emprego, demandando às instituições públicas a gestão de longos percursos, principalmente em função da redução do tempo de escolaridade e do aumento da capacidade ociosa do mercado de trabalho, considerando o momento econômico vivenciado pelo país.

O que a juventude tem a dizer sobre as questões que perpassam a possibilidade de empregabilidade? Os sentidos atribuídos pelos jovens aos percursos vivenciados no processo de transição entre a escola e o trabalho evidenciam as expectativas e aspirações frente à trajetória da vida, possibilitando uma análise da questão na perspectiva subjetiva, indo além do que o conhecimento objetivo possibilita.

Os jovens dessa geração enfrentam o drama da "inadequação" ao futuro. Apesar de todas as suas expectativas e anseios, estruturado dentro do princípio de que chegariam mais longe que os seus pais, não importando onde estes teriam chegado, deparam-se com um

[...] mundo inflexível, inóspito e pouco atraente, o mundo da degradação de valores, da desvalorização dos méritos obtidos, das portas fechadas, da volatilidade dos empregos e da obstinação do desemprego; da transitoriedade das expectativas e da durabilidade das derrotas; um novo mundo de projetos natimortos e esperanças frustradas, e de oportunidades mais notáveis por sua ausência (BAUMAN, 2013, p. 45).

Sendo a escola vista como veículo de mobilidade social e de equalização, principalmente a partir da metade do século XX, ainda na modernidade, "os sistemas de escolarização foram estabelecidos em torno da ideia de que a sociedade era resultado da ação educacional" (SOUTHWELL, 2008, P. 121). As expectativas frente à escola se consolidaram com o processo de escolarização em massa. Embora, neste contexto de escolarização, as desigualdades quanto ao sucesso e permanência escolar, tenham se constituído ao longo da história um grande desafio. A igualdade de acesso educacional é um dos direitos básicos e fundamentais à vida humana. A acessibilidade aumentou, sem dúvida. No entanto, ter sucesso e permanecer na escola, são também direitos fundamentais.

Com a concretização da universalização do ensino, a entrada massiva de crianças na escola trouxe grandes expectativas frente à escolarização e às possibilidades de inserção social. Porém, observa-se a constituição de uma escola sem qualidade para as tantas e tantas crianças que nela ingressam. A continuidade dos estudos da população em idade escolar é um dos grandes desafios da educação brasileira. Uma promessa que não se cumpre.

### **3. TRABALHO EM MACAÉ E A EXCLUSÃO DA JUVENTUDE**

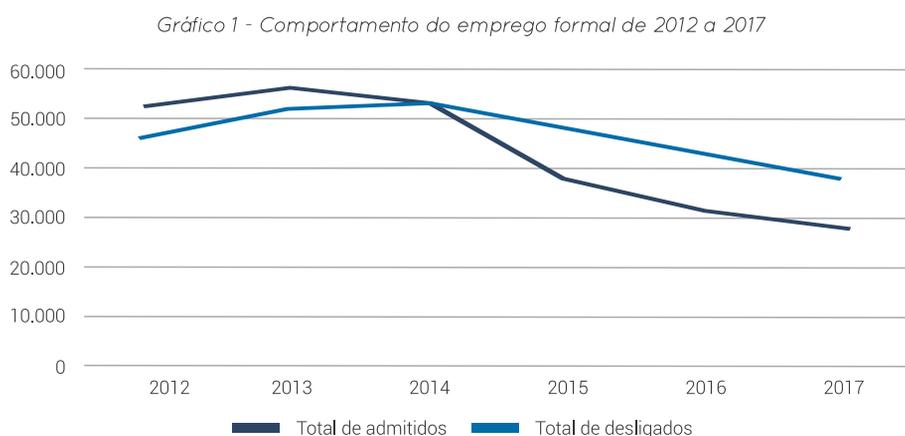
O município de Macaé tem vivido, desde a década de 70, acentuado processo de desenvolvimento econômico com a ocorrência de uma migração expressiva, em função, sobretudo, da potencialidade do mercado de trabalho que apresentou um quadro de elevação da taxa de emprego ao longo de mais de quarenta anos de atividade produtiva da Bacia de Campos, atingindo níveis inéditos.

Nas últimas décadas, a cidade passou por transformações que redefiniriam sua dinâmica econômica, os modelos de gestão empresarial e o mercado de trabalho. Situado em uma região até então dominada pela indústria agroaçucareira, a incorporação às suas atividades econômicas da maior empresa petrolífera do país fez alavancar um cenário de prosperidade. Associada ao aumento do número de empregos, da valorização salarial, assim como a valorização social atribuída às atividades desenvolvidas (PIQUET, 2003), a demanda por uma qualificação profissional especializada foi um dos fatores que ocasionou o intenso processo migratório.

Paralelo à migração ocorreu uma evolução nas taxas de matrículas nos diversos segmentos de ensino, sendo a rede escolar municipal ampliada para atender à demanda dos filhos dos trabalhadores. Ao longo desse período, o número de escolas cresceu vertiginosamente, tanto em relação à Educação Básica quanto ao número de cursos profissionalizantes, de nível técnico e superior, mobilizando a diferenciação na estrutura educacional oferecida pela cidade.

A passagem do perfil do trabalhador agrícola para o novo perfil do trabalhador da indústria de petróleo e gás deu-se de forma intensa: estima-se que foram gerados 40 mil novos empregos na área petrolífera contra a perda de mais de 35 mil postos de trabalho no mercado açucareiro (CRUZ, 2005). A baixa qualificação profissional, também entre os migrantes, ocasionou um grande contingente de pessoas com trabalho precário, sem carteira assinada e com baixa remuneração (ANUÁRIO MACAÉ, 2012). Um processo de exclusão social que tem marcado a história da cidade.

Recentemente esse quadro de exclusão social foi agravado. Com ritmo acelerado desde 2015, o comportamento do mercado de trabalho apresentou uma redução no número de empregos com carteira assinada (CAGED/MTE), caindo de 57.744, em 2015, para 29.905, em 2017 (Gráfico 01).



Fonte: Fonte: CAGED/ MTE, 2018.

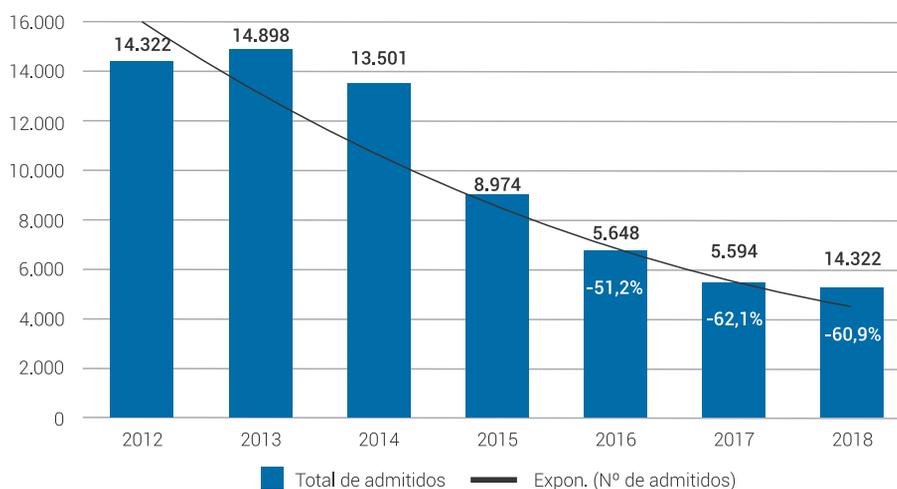
Decorrente da crise econômica ainda sentida, o desemprego acentuado contrapôs-se às expectativas de crescimento, considerando que a cidade em 2015 apontava com o 5º maior PIB *per capita* entre os municípios do estado do Rio de Janeiro e 38º entre as cidades do Brasil (IBGE).

O volume crescente de desempregados passou a ocupar as manchetes de jornal e exigiu medidas sociais protetivas aos excluídos do mercado. Manchetes marcavam o cenário preocupante: *Macaé (RJ) que era a capital do petróleo começa a encolher após crise*<sup>4</sup>; *Macaé tem quase 27mil pessoas desempregadas nos últimos 3 anos*<sup>5</sup>; *Macaé: de 'Capital Nacional de Petróleo' a reduto dos desempregados no Rio*<sup>6</sup>; *Macaé, do eldorado do petróleo à terra do desemprego*<sup>7</sup>; *Crise do petróleo na Bacia de campos atinge comércio e mercado imobiliário*<sup>8</sup>.

Destaque, principalmente, para duas manchetes, considerando a problemática em discussão neste capítulo: *Em Macaé, Praça do Desempregado é o retrato da crise na cidade*<sup>9</sup> e *Juventude já representa 60% dos desempregados em Macaé*<sup>10</sup>. Aos moradores da cidade, chamou fortemente a atenção, no período acentuado da crise (2014-2017), o grande contingente de pessoas vagando sem rumo pelas ruas, avenidas e praças da cidade. Também, a grande preocupação das famílias e dos jovens que viram seu futuro, certo até então, ruir.

Foi esse um dos grandes contingentes populacionais atingidos pela crise. Os jovens macaenses têm enfrentado grandes obstáculos em termos de inserção no mercado de trabalho, sendo o segmento mais vulnerável e afetado pela instabilidade econômica por que passa nossa sociedade. O período de acentuado desemprego decorrente do declínio da principal atividade produtiva do município, ocorrido mais acentuadamente em 2016, foi expressivo entre os jovens. O percentual de empregados jovens, na faixa etária de 18 a 24 anos, caiu vertiginosamente, atingindo os índices de 51,2% em 2016; 62,1% em 2017 e 60,9% em 2018 (Gráfico 02). A opção neste estudo de considerar como a faixa etária acima destacada, foi determinada pela conclusão da Educação Básica.

Gráfico 2 - Nº de jovens de 18 a 24 anos admitidos no período de 2012 a 2018



Fonte: Fonte: CAGED/ MTE, 2018.

#### 4. BREVE PERFIL DOS JOVENS TRABALHADORES

A população jovem, na faixa etária de 18 a 24 anos, objeto deste estudo, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE 2010, representava 13,1% da população. Em 2010, esse grupo somava 27.135 pessoas, sendo 13.768 mulheres e 13.367 homens, residentes, em sua maioria, na área urbana (98,1%) (Tabela 1).

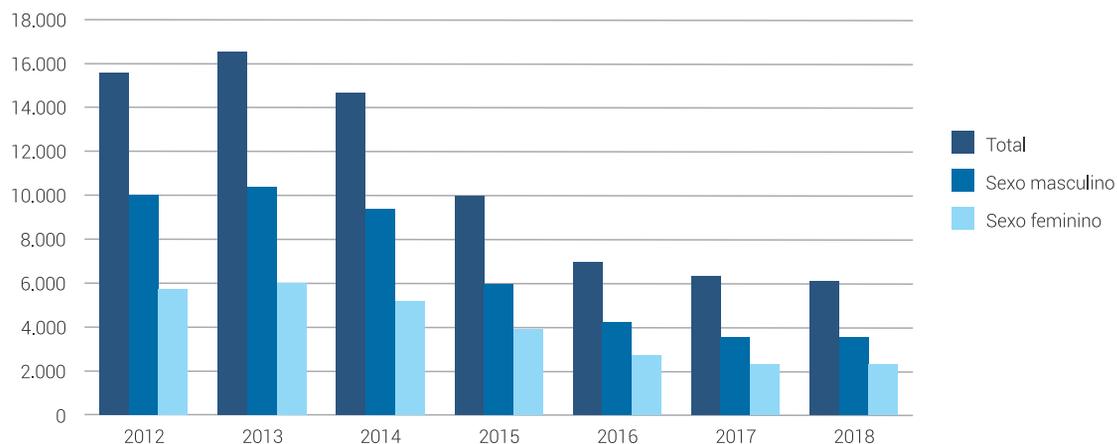
Tabela 1: População residente, por sexo, situação e grupos de idade em Macaé/ RJ

GRUPO DE IDADE	SEXO X SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO								
	TOTAL			HOMENS			MULHERES		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Total geral populacional	206.728	202.859	3.869	102.432	100.337	2.095	104.296	102.522	1.774
18 anos	3.279	3.217	62	1.594	1.580	14	1.685	1.637	48
19 anos	3.886	3.869	18	1.796	1.779	18	2.090	2.090	-
20 anos	3.771	3.730	41	1.873	1.851	22	1.898	1.879	19
21 anos	3.896	3.836	61	1.945	1.923	22	1.951	1.913	38
22 anos	3.917	3.852	65	1.951	1.899	52	1.965	1.953	13
23 anos	4.024	3.995	29	1.978	1.978	-	2.046	2.017	29
24 anos	4.362	4.326	36	2.230	2.216	14	2.133	2.110	22
Total população de 18 a 24 anos	27.135	26.825	312	133.67	13.226	142	13.768	13.599	169

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

A taxa de atividade tanto de mulheres quanto homens jovens, vem crescendo significativamente, sendo a participação dos homens no mercado de trabalho ainda superior à das mulheres (Gráfico 3).

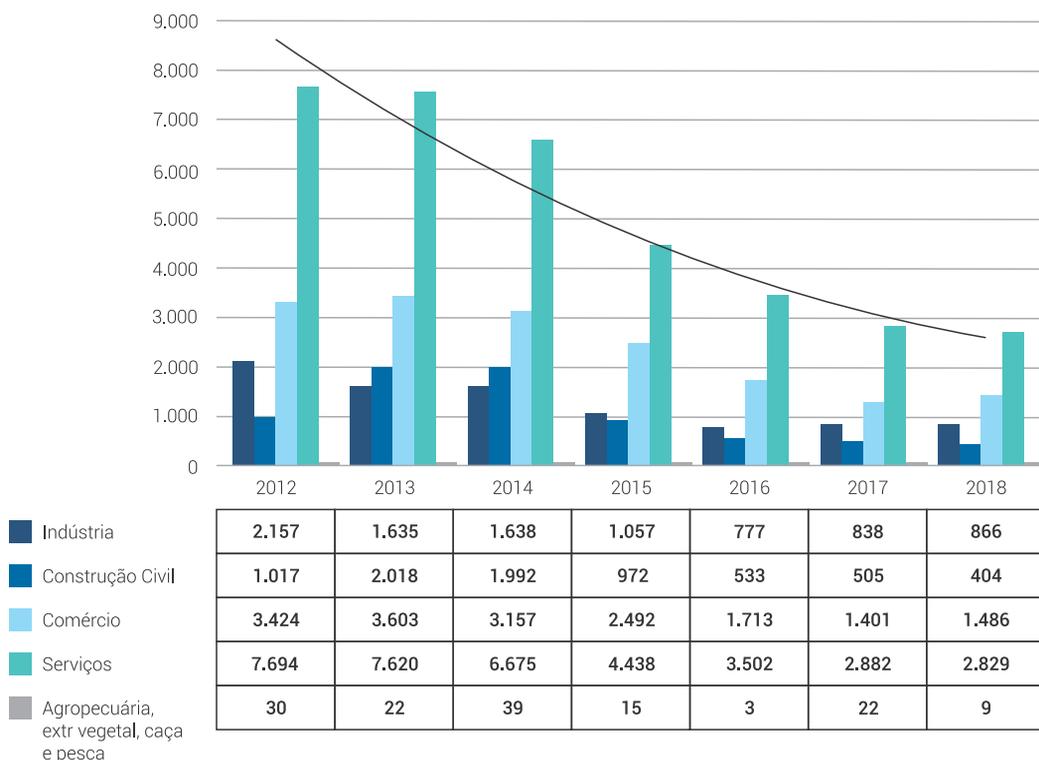
Gráfico 3 - Número de admitidos por sexo no período de 2012 a 2018



Fonte: Fonte: CAGED/ MTE, 2018.

Conforme apresentado no Gráfico 4, no período observado, a maior parte dos jovens trabalhadores da cidade atua na área de serviços, sendo o comércio o segundo setor que mais emprega. Já a indústria ocupa sempre o terceiro setor que mais tem absorvido os jovens. Chama a atenção o reduzido número de jovens voltados ao trabalho no setor de agropecuária, extrativa vegetal e pesca. Com uma área rural extensa e uma faixa litorânea privilegiada, nota-se a ausência de uma política pública que tenha, ao longo dos anos, fomentado a participação da população nesse tipo de atividade tão importante e necessária, não apenas enquanto potencial de desenvolvimento econômico para o município, que se voltou exclusivamente para uma única matriz de produção industrial desde a década de 70, a despeito de tantas outras vertentes de desenvolvimento possíveis, mas também para a sociedade como um todo.

Gráfico 4: Número de jovens admitidos por área (Grande Setor IBGE)



Fonte: Fonte: CAGED/ MTE, 2018.

Ao analisarmos a distribuição dos trabalhadores por setor e sexo, percebemos que o setor de comércio e serviços emprega proporcionalmente homens e mulheres. Nos setores da Indústria, Construção Civil e Agropecuária, o predomínio é de trabalhadores homens (Tabela 2).

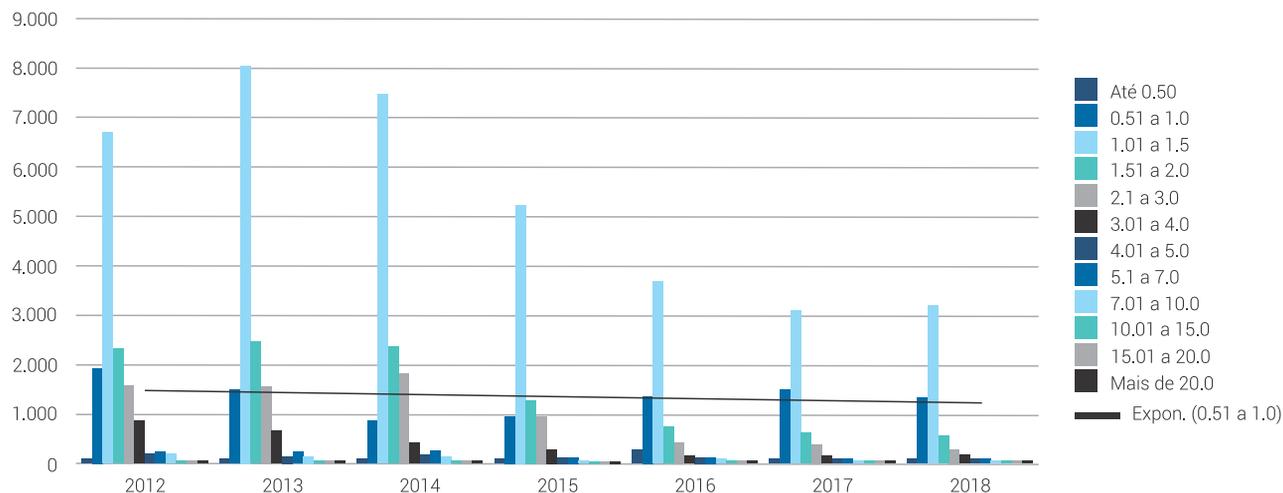
Tabela 2: Número de jovens admitidos por área e sexo

GRANDE SETOR IBGE	INDÚSTRIA		CONSTRUÇÃO CIVIL		COMÉRCIO		SERVIÇOS		AGROPECUÁRIA, EXTR. BEGETAL, CAÇA E PESCA		TOTAL		TOTAL GERAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
2012	1.905	395	1.116	118	1.924	1.976	4.986	3.287	29	1	9.960	5.777	31.474
2013	1.430	340	2.083	235	2.056	1.999	4.812	3.482	24	1	10.405	6.057	32.924
2014	1.490	259	1.980	217	1.856	1.731	4.198	3.085	35	7	9.559	5.299	29.716
2015	934	190	848	207	1.437	1.464	2.889	2.039	15	2	6.123	3.902	20.050
2016	693	179	478	147	1.026	901	2.117	1.725	4	1	4.318	2.955	14.544
2017	723	213	413	156	803	791	1.774	1.352	21	4	3.734	2.516	12.500
2018	706	224	310	140	883	768	1.813	1.328	6	3	3.718	2.463	12.362

Fonte: Fonte: CAGED/ MTE, 2018.

Quanto ao rendimento médio dos jovens trabalhadores admitidos no período de 2012 a 2018, há o predomínio da faixa salarial de 1.01 a 1.5 salários mínimos, sendo acentuado o quantitativo de jovens que recebem abaixo de 1 salário mínimo e de meio a 1 salário mínimo.

Gráfico 5: Rendimento médio dos trabalhadores admitidos no período de 2012 a 2018 (Unidade Salário Mínimo)



Fonte: Fonte: CAGED/ MTE, 2018.

Ao analisarmos a faixa salarial do setor que mais emprega essa parcela da população, o setor de serviços, observamos a redução ainda maior dos salários. Apesar da redução do número de admitidos, conforme já demonstrado anteriormente, percebe-se, nos anos de 2017 e 2018, um aumento percentual de jovens com salários mais baixos, conforme destacado na Tabela 03, que segue. Os pobres jovens ficaram ainda mais pobres.

Tabela 03: Rendimento médio dos trabalhadores admitidos no setor de serviços, no período de 2012 a 2018

FAIXA SALÁRIAL (UNIDADE SALÁRIO MÍNIMO)	2012	(%)	2013	(%)	2014	(%)	2015	(%)	2016	(%)	2017	(%)	2018	(%)
0.50 a 1.0	1.678	21,90%	1.231	16,20%	554	8,30%	429	21,90%	1.079	21,90%	914	31,70%	776	27,40%
1.01 a 2.0	4.099	53,30%	4.877	64,00%	4.821	72,20%	3.129	53,30%	2.105	53,30%	1.676	58,20%	1.771	62,60%
2.01 a 3.0	880	11,40%	776	10,20%	724	10,80%	646	11,40%	335	11,40%	169	5,90%	158	5,60%
3.01 a 4.0	457	5,90%	284	3,70%	220	3,30%	522	5,90%	171	5,90%	44	1,50%	43	1,50%
4.01 a 5.0	143	1,90%	107	1,40%	79	1,20%	198	1,90%	40	1,90%	19	0,70%	23	0,80%
5.1 a 7.0	173	2,20%	161	2,10%	131	2,00%	55	2,20%	29	2,20%	17	0,60%	11	0,40%
7.01 a 10.0	174	2,30%	112	1,50%	79	1,20%	48	2,30%	28	2,30%	6	0,20%	12	0,40%
10.01 a 15.0	33	0,40%	32	0,40%	18	0,30%	30	0,40%	7	0,40%	14	0,50%	4	0,10%
15.01 a 20.0	20	0,30%	26	0,30%	31	0,50%	10	0,30%	7	0,30%	0	0,00%	2	0,10%
Mais de 20.0	12	0,20%	5	0,10%	3	0,00%	8	0,20%	2	0,20%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: Fonte: CAGED/ MTE, 2018.

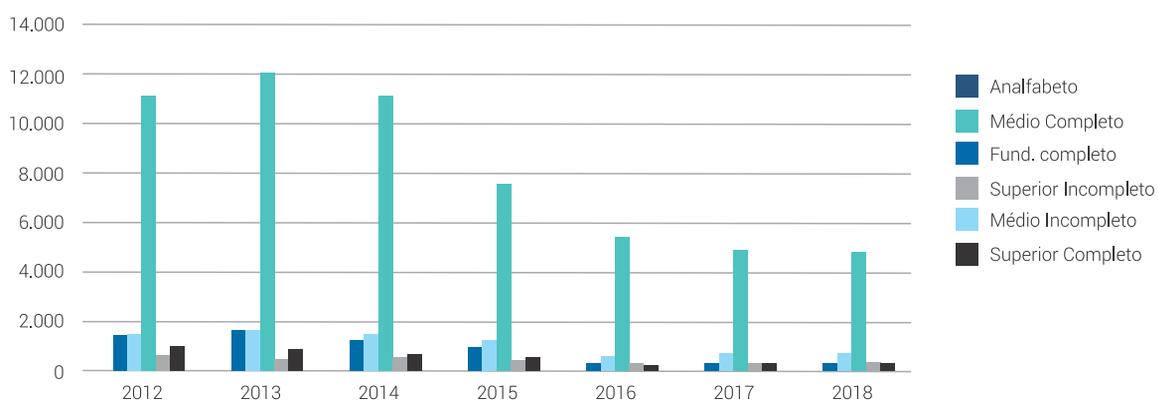
Isso considerando um período de um necessário investimento no sequenciamento da escolaridade, em um mercado altamente competitivo, exigente por alta qualificação técnica. O que nos leva a pensar o papel que os programas de Educação Básica, de formação continuada e Ensino Superior públicos desempenham na vida destes. Sem qualificação, como se preparar para a vida adulta?

Em uma de suas entrevistas ao jornal *EL País*<sup>11</sup>, o sociólogo e filósofo Zigmund Bauman, afirmava:

As desigualdades sempre existiram, mas de vários séculos para cá se acreditou que a educação podia restabelecer a igualdade de oportunidades. Agora, 51% dos jovens diplomados estão desempregados e aqueles que têm trabalho têm empregos muito abaixo das suas qualificações. As grandes mudanças na história nunca vieram dos pobres, mas da frustração das pessoas com grandes expectativas que nunca se cumpriram (ELPAÍS, 2017).

Um dos mais graves problemas enfrentados pela juventude é a escolarização. Ao analisarmos o perfil de formação profissional (Gráfico 6 e Tabela 04), percebemos uma baixa escolaridade, considerando o percentual de trabalhadores com Ensino fundamental completo, Médio incompleto e Médio completo, e um baixo quantitativo de jovens cursando ou já tendo concluído o nível superior de ensino. Isso considerando que, se o fluxo escolar tivesse ocorrido sem interrupções, esses trabalhadores já deveriam ter completado o ensino superior.

Gráfico 6: Número de admitidos por grau de instrução no período de 2012 a 2018



Fonte: Fonte: CAGED/ MTE, 2018.

Tabela 4: percentual de admitidos por grau de instrução no período de 2012 a 2018

GRAU DE INSTRUÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Analfabeto	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,00%	0,0%	0,0%
Fund. Completo	10,0%	10,7%	9,6%	8,7%	5,3%	4,2%	4,0%
Médio Incompleto	10,2%	10,8%	10,3%	11,9%	12,1%	11,2%	11,3%
Médio Completo	78,9%	80,3%	82,0%	83,4%	86,4%	86,0%	85,1%
Superior Incompleto	4,5%	3,6%	3,7%	3,6%	4,2%	4,8%	5,8%
Superior Completo	6,3%	5,1%	4,5%	4,1%	3,5%	4,6%	4,3%

Fonte: Fonte: CAGED/ MTE, 2018.

Ao analisarmos a escolaridade por sexo dos trabalhadores jovens, percebemos que a escolaridade é sempre maior entre as mulheres, em todos os anos investigados (Tabela 5).

Tabela 5: Escolaridade dos trabalhadores jovens, por sexo, no período de 2012 a 2018

Sexo	2012				2013				2014				2015				2016				2017				2018			
	M	(%)	F	(%)	M	(%)	F	(%)																				
Analfabeto	11	0,1%	0	0,0%	4	0,0%	0	0,0%	8	0,1%	3	0,1%	3	0,0%	1	0,0%	3	0,1%	0	0,0%	1	0,0%	0	0,0%	2	0,1%	0	0,0%
Fund. Completo	1.061	10,7%	371	6,4%	1.228	11,8%	369	6,1	961	10,1%	338	6,4%	544	8,9%	233	6,0%	234	5,4%	109	3,7%	182	4,9%	56	2,2%	186	5,0%	39	1,6%
Médio Incompleto	1.010	10,1%	448	7,8%	1.015	9,8%	591	9,8%	922	9,6%	468	8,8%	611	10,0%	456	11,7%	486	11,3%	305	10,3%	382	10,2%	248	9,9%	382	10,3%	252	10,2
Médio Completo	7.101	71,3%	4.199	72,7%	7.497	72,1%	4.467	73,7%	7.141	74,7%	3.925	74,1%	4.698	76,7%	2.784	71,3%	3.387	78,4%	2.256	76,3%	2.932	78,5%	1.926	76,6%	2.905	78,1%	1.855	75,3
Superior Incompleto	270	2,7%	371	6,4%	230	2,2%	300	5,0%	206	2,2%	283	5,3%	115	1,9%	211	5,4%	111	2,6%	164	5,5%	117	3,1%	148	5,9%	141	3,8%	184	7,5%
Superior Completo	507	5,1%	388	6,7%	431	4,1%	330	5,4%	321	3,4%	282	5,3%	152	2,5%	217	5,6%	97	2,2%	121	4,1%	120	3,2%	138	5,5%	102	2,7	133	5,4%

Fonte: Fonte: CAGED/MTE, 2018.

Percebe-se, ao analisar os trabalhadores com ensino superior incompleto e completo, uma elevação no percentual de admitidos, no período compreendido entre 2012 e 2018. Isso é decorrente de uma política voltada para o Ensino Superior, refletindo o movimento de expansão deste nível de ensino, iniciado nos recentes anos. Em Macaé essa expansão foi notável, com a possibilidade de ingresso e conclusão do Ensino Superior dentro do próprio município, além de muitos cursos e especializações também em instituições privadas.

No compasso dos problemas educacionais que vivencia o Brasil, Macaé ainda precisa ampliar seu contingente de jovens com cursos médios e superiores. Sem uma escolarização de boa qualidade, restringe-se o domínio das competências básicas fundamentais necessárias à aquisição das demais competências requeridas pelo sistema produtivo, permanecendo essa população em situação de desigualdade de oportunidades, excluídos do sistema. Qualidade da educação é essencial para que a extensão de escolaridade aconteça, para o aumento da taxa de participação no mercado de trabalho e para a inserção ativa dos indivíduos na sociedade.

Para que se desenvolva o conhecimento local é necessário formar quadros para isso. Este é um desafio: expansão da cobertura do Ensino Médio e do Ensino Superior e inclusão dos até então excluídos.

Analisando o fator renda, percebe-se que os jovens de 18 a 24 admitidos que possuem o Ensino Médio, recebem, preponderantemente, de 1 a 2 salários mínimos (Tabela 6). Já os admitidos que possuem o Ensino Superior (incompleto e completo), recebem maiores salários (Tabela 7).

Essa análise confirma que a qualidade da formação do trabalhador influencia diretamente na sua renda, ou seja, mais anos de estudo implicam em maiores rendimentos. No entanto, percebe-se também que os anos de crise impactaram diretamente no fator renda, com uma redução significativa do rendimento salarial entre os anos 2015 a 2018.

Tabela 6: Total de admitidos com nível médio de ensino, por faixa salarial no período de 2012 a 2018

FAIXA SALARIAL (UNIDADE SALÁRIO MÍNIMO)	2012 (%)		2013 (%)		2014 (%)		2015 (%)		2016 (%)		2017 (%)		2018 (%)	
0.50 a 1.0	1.705	15,1	1.466	12,3%	818	7,4%	917	12,3%	1.404	24,9%	1.342	27,6%	1.198	25,2%
1.01 a 2.0	7.479	66,2%	8.692	72,7%	8.311	75,1%	5.517	73,7%	3.813	67,6	3.219	66,3%	3.276	68,8%
2.01 a 3.0	1.209	10,7%	1.171	9,8%	1.500	13,6%	792	10,6%	339	6,0%	252	5,2%	227	4,8%
3.01 a 4.0	640	5,7%	427	3,6%	261	2,4%	178	2,4%	47	0,8%	28	0,6%	37	0,8%
4.01 a 5.0	124	1,1%	95	0,8%	88	0,8%	42	0,6%	17	0,3%	12	0,2%	17	0,4%
5.1 a 7.0	96	0,8%	74	0,6%	57	0,5%	26	0,3%	20	0,4%	5	0,1%	4	0,1%
7.01 a 10.0	37	0,3%	32	0,3%	21	0,2%	7	0,1%	3	0,1%	0	0,0%	1	0,00%
10.01 a 15.0	7	0,1%	5	0,0%	7	0,1%	3	0,0%	0	0,0%	0	0,00%	0	0,00%
15.01 a 20.0	2	0,0%	2	0,0%	2	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%	0	0,00%
Mais de 20.0	1	0,0%	0	0,0%	1	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: CAGED/ MTE, 2018.

Tabela 7: Total de admitidos com nível superior de ensino (incompleto e completo), por faixa salarial no período de 2012 a 2018

FAIXA SALARIAL (UNIDADE SALÁRIO MÍNIMO)	2012 (%)		2013 (%)		2014 (%)		2015 (%)		2016 (%)		2017 (%)		2018 (%)	
0.50 a 1.0	197	12,8%	68	5,3%	204	18,7%	111	16,0%	72	14,6%	89	17,0%	175	31,3%
1.01 a 2.0	399	26,0%	420	32,5%	338	31,0%	290	41,7%	232	47,1%	247	47,2%	265	47,3%
2.01 a 3.0	275	17,9%	271	21,0%	169	15,5%	151	21,7%	85	17,2%	86	16,4%	62	11,0%
3.01 a 4.0	197	12,8%	153	11,9%	99	9,1%	41	5,9%	41	8,3%	40	7,6%	23	4,1%
4.01 a 5.0	90	5,9%	54	4,2%	57	5,2%	45	6,5%	28	5,7%	19	3,6%	15	2,7%
5.1 a 7.0	153	10,0%	143	11,1%	99	9,1%	38	5,5%	19	3,9%	25	4,8%	14	2,5%
7.01 a 10.0	166	10,8%	116	9,0%	79	7,2%	11	1,6%	7	1,4%	6	1,1%	4	0,7%
10.01 a 15.0	29	1,9%	35	2,7%	22	2,0%	8	1,2%	7	1,4%	11	2,1%	2	0,4%
15.01 a 20.0	20	1,3%	26	2,0%	23	2,1%	0	0,0%	2	0,4%	0	0,0%	0	0,0%
Mais de 20.0	10	0,7%	5	0,4%	2	0,2%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%

Fonte: CAGED/ MTE, 2018.

## 5. DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADES ESCOLARES E A JUVENTUDE

Os processos de desigualdade de oportunidades escolares em Macaé têm remanescentes anteriores, sendo um processo que vem se consolidando ao longo dos anos, atingindo gerações de crianças e jovens, sucessivamente. Embora tenha ocorrido uma expansão das oportunidades educacionais, observada a partir da ampliação do número de matrículas e do número de escolas, essa expansão não foi acompanhada pela equalização em termos de alcance e em termos de qualidade.

Em 2010, o Censo Demográfico do IBGE já apontava a situação preocupante em relação ao fluxo escolar (Quadro 1).

Quadro 1: Taxa de frequência líquida a escola

FREQUÊNCIA LÍQUIDA	2000	2010
% da população de 6 a 14 anos que concluiu o Ensino Fundamental na idade correta	54,50%	54,50%
% da população de 15 a 17 anos que cursavam o Ensino Médio regular sem atraso	23,92%	26,60%
% da população cursando o Ensino Superior	6,22%	11,75%
Expectativa de anos de estudo aos 18 anos (em anos)	8,92	8,53

Fonte: INEP/ MEC, 2018.

Acompanhando o quadro grave em que se insere os jovens brasileiros, os preocupantes resultados dos indicadores educacionais da cidade apresentam uma evolução no acesso à escola, aumentando progressivamente a cada ano, alcançando a taxa de 93,5% de crianças de 04 a 17 anos matriculadas (IBGE, 2010).

Mesmo com o avanço no acesso à escola, em 2017, apenas 68,4% estavam na idade/série adequada (INEP/MEC). Entre as pessoas de 18 a 24 anos, 31,7% estavam frequentando a escola (INEP/MEC), o que mostra o acentuado abismo educacional. Considerando o percurso educacional sem atrasos estes, já poderiam estar frequentando o Ensino Superior.

Quando analisados os indicadores que monitoram a qualidade do ensino e aprendizagem, deparamo-nos com a descontinuidade na frequência à escola, reprovações sequenciadas, assim como altos índices de distorção idade-série.

A Tabela 8, apresentada a seguir, mostra a descontinuidade no processo de escolarização, observando a redução no número de matrículas entre os Anos Finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que cai vertiginosamente.

É importante destacar que o aumento no número de alunos matriculados em Creches, Pré-escolas e Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi possível devido ao investimento na construção de novas escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, no período entre 2014 a 2018. O Plano Nacional de educação determinou que os municípios deveriam ampliar o atendimento para crianças a partir de 04 anos até 2016. Em Macaé, esse atendimento estendeu-se até as crianças de 02 anos de idade.

Tabela 8: Número de alunos matriculados no período de 2010 a 2018

ANO	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	ANOS INICIAIS DO EF	ANOS FINAIS DO EF	ENSINO MÉDIO	TOTAL
2010	4.247	5.883	17.673	13.467	8.675	49.945
2011	4.095	6.180	17.832	13.780	9.515	51.402
2012	4.293	6.319	18.135	13.475	9.496	51.718
2013	4.475	6.495	18.281	13.901	9.442	52.594
2014	5.077	7.070	18.542	13.881	9.633	54.203
2015	5.236	7.012	19.027	13.637	8.079	52.991
2016	6.313	7.011	19.067	13.103	8.293	53.787
2017	6.610	7.013	19.212	13.108	8.102	54.045
2018	6.791	7.440	19.135	13.133	8.647	55.146

Fonte: INEP/ MEC, 2018.

O grande desafio da gestão é a melhoria do fluxo escolar, com a redução das taxas de reprovação escolar e de distorção idade-série. Analisando a Tabela 9 abaixo, percebemos que a taxa de distorção idade-série tem caído ano a ano, embora seja um indicador de preocupação constante dos órgãos de gestão, considerando que esse indicador, que demonstra atraso de dois ou mais anos escolares, deveria estar próximo de zero, o que significaria uma progressão regular dos estudantes.

Tabela 9: Taxa de distorção idade-série

ANO	ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (%)	ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (%)	ENSINO MÉDIO (%)
2006	24	41	61
2007	25	42	55
2008	25	40	46
2009	25	42	41
2010	26	43	40
2011	26	43	40
2012	26	41	39
2013	24	43	39
2014	23	45	40
2015	19	37	34
2016	18	34	38
2017	18	34	37
2018	17	30	40

Fonte: MEC/ INEP, 2018.

Os motivos para o atraso dos estudantes são diversos. Entre as principais razões podemos citar a reprovação, o abandono, o ingresso tardio na escola e as dificuldades de aprendizagem.

Os Anos Finais do Ensino Fundamental são marcados por altas taxas de reprovação escolar (Tabela 10), o que indica que a transição da infância para a adolescência é marcada por rupturas na escolaridade. Tal fator é um dos indicativos para as baixas taxas de matrículas no Ensino Médio.

Tabela 10 - Taxa de reprovação escolar

ANO	ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (%)	ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (%)	ENSINO MÉDIO (%)
2010	11,1	19,4	16,4
2011	12,5	21,4	18,1
2012	11,6	23,3	18,2
2013	10,1	23,9	16,6
2014	11,2	22,7	18,5
2015	9,9	22,1	16,9
2016	11,7	23,2	19,7
2017	9,3	16,4	17,6

Fonte: MEC/ INEP, 2018.

A realidade do processo de aprendizagem tem sido marcada por interrupções que têm levado os alunos historicamente ao processo de exclusão do sistema educacional. Um fluxo escolar regularizado compreende a garantia do acesso, permanência e conclusão em idade e série adequadas.

Um sistema educacional inclusivo e democrático pressupõe a superação de práticas escolares excludentes. Mais uma vez, ressalta-se que as metas de atendimento foram atingidas, no entanto, as metas de qualidade educacional ainda demandam forte investimento, fator que vem sendo perseguido nas últimas décadas.

Os dados apresentados mostram que ainda há um longo caminho a ser percorrido até que se garanta uma escolarização de qualidade às crianças e jovens em Macaé. Apesar dos esforços que se têm realizado na educação, diante da realidade heterogênea com a qual se convive, há muito o que se conhecer, o que fazer, tendo em vista a construção de um conceito refletido acerca das necessidades reais desta parcela da população.

Para enfrentar o desafio da equidade educativa, contemplando os conceitos de igualdade de oportunidades e justiça social, é preciso realizar políticas que contribuam para a eliminação das características mais evidentes da desigualdade educacional de quem vive a realidade da excludência.

## 6. EXCLUSÃO DA JUVENTUDE: ALGUNS APONTAMENTOS

Mais do que a crise social da juventude, importa refletir sobre os efeitos geracionais da exclusão educacional. Um desses efeitos é a desigualdades de oportunidades no acesso ao sistema produtivo. Diante do papel preponderante da educação na manutenção e/ou superação das diferenças sociais, a discussão sobre a

desigualdade de oportunidades não se encontra somente na “velha” luta de classes, mas, e também, na estrutura e organização do nosso sistema de ensino.

A defasagem no tempo entre a transição escolar até a conclusão de um nível de escolaridade e a obtenção de um emprego ocasiona um complexo, longo e difícil processo, sendo uma jornada que passa por sequenciadas repetências educacionais; defasagem idade-série; vínculos de trabalho instáveis; precarização.

A transição da escola ao mundo do trabalho e o próprio processo de inserção profissional dos jovens transformou-se numa fase intermédia, num tempo de moratória, “num verdadeiro percurso do combatente” (CHARLOT; GLASSMAN, 1998, p. 21). É um dos principais problemas com que se debate a juventude contemporânea, sendo eleito para a intervenção pelos poderes públicos através de medidas de política de educação e formação profissional, de emprego e de juventude. Trata-se de um período de “crise do emprego” e de “crise da escola”, em que o Estado, através dos dispositivos públicos de inserção que se ocupam com a “gestão das longas passagens”, assume centralidade e contribui para a verdadeira institucionalização da juventude (DRANCOURT; BERGER, 1995, p. 30).

Nesse caminho, tantas histórias são encontradas. Histórias voltadas a contar o impacto subjetivo que todo esse processo acarreta, tendo em conta os seus projetos de realização pessoal e coletiva, marcados por indicadores de desvantagem econômica. Os jovens encontram-se entre um sistema educacional público de qualidade insatisfatória e a necessidade de ingressar no mercado de trabalho para contribuir com a renda familiar, em um mercado instável e exigente.

Os maiores obstáculos à integração no sistema de relações sociais, considerando a participação das novas gerações na sociedade, reportam à histórica crise de transição entre o sistema educacional e o mundo do trabalho. A reprodução social, nesse caso, implica a conservação dos mecanismos que produzem os excluídos socialmente, de geração em geração.

Tanto a educação quanto o trabalho são direitos a serem perseguidos e consolidados. No largo processo de imensos desafios da transição do estatuto de estudante para o estatuto de trabalhador, a inserção profissional dos jovens, enquanto sujeitos capazes de desempenhar sua atividade profissional e assumir responsabilidades de forma autônoma e confiante, a juventude vivencia um processo muito próprio “de construção da identidade por si” (TROTIER; LAFORCE; CLOUTIER, 1998, p. 334).

A inserção profissional dos jovens necessita ser uma das principais preocupações dos poderes públicos, considerando a necessidade de medidas eficazes no âmbito das políticas de emprego e de educação. Em um mercado efervescente, há que se encontrar soluções contra o desemprego, exclusão dos jovens, adaptação do sistema educativo às necessidades dos jovens trabalhadores, frente a si mesmos, e às profissões do mercado de trabalho em constante transformação.

Políticas públicas voltadas para a elevação da escolaridade, articulação da transição entre a escola e o mundo do trabalho, educação profissional, inclusão dos jovens por meios de projetos sociais, são desafios à gestão e à sociedade como um todo.

Diante desse cenário brevemente estudado neste capítulo, nos impacta acompanhar e vivenciar o processo de desinvestimento em educação efetivado no país nos dias atuais. É urgente reverter essa lógica.

## NOTAS

<sup>1</sup> Coordenadora do Observatório da Cidade de Macaé. Professor Orientador Pedagógico da Prefeitura Municipal de Macaé. Mestre em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense - CCH/PPGPS - UENF. Endereço Institucional: Secretaria Municipal Adjunta de Ensino Superior, Rua Aloísio da Silva Gomes, 50 – Granja dos cavaleiros – Cidade Universitária, Macaé/RJ, 27930560. Email: nucleodeestudoepesquisamacae@gmail.com.

<sup>2</sup> Mesmo apresentando um universo restrito, por referir-se apenas aos celetistas, referenciam a proposta de análise deste trabalho

<sup>3</sup> Juventude compreende o ciclo etário de 15 a 24 anos, conforme definição da Organização Ibero-Americana da Juventude, a Organização Internacional da Juventude e a UNESCO.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/macaee-rj-que-era-capital-do-petroleo-comeca-encolher-apos- crise.html>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/39010/macaee-tem-quase-27-mil-pessoas-desempregadas-nos-ultimos-3-anos>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://opropulsormaritimo.info/geral/macaee-de-capital-nacional-do-petroleo-a-reduto-dos-desempregados-no-rio/>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

<sup>7</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/04/economia/1446645908\\_814221.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/04/economia/1446645908_814221.html). Acesso em 24 de setembro.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/crise-do-petroleo-na-bacia-de-campos-atinge-comercio-e-mercado-imobiliario-veja-serie.ghtml>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.portalmaritimo.com/2017/08/07/em-macaee-praca-do-desempregado-e-o-retrato-da-crise-na-cidade/>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.odebateon.com.br/site/noticia/detalhe/38254/juventude-ja-representa-60-dos-desempregados-em-macaee>. Acesso em 24 de setembro de 2018.

<sup>11</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/09/cultura/1483983882\\_874557.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/09/cultura/1483983882_874557.html)

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (Coord.). *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.

ALMEIDA, Maria Sidalina. A transição da escola para o mundo do trabalho constituída em objecto de estudo: Uma abordagem teórico-metodológica. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 34, n. 94, p. 385-400, set.-dez., 2014. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

ALVES, Mariana Gaio. A inserção profissional de diplomados do ensino superior numa perspectiva educativa. *Formação Profissional, Revista Europeia*, nº 34, jan.-abr. de 2005, Lisboa, Portugal.

ANUÁRIO DE MACAÉ 2012. Câmara Permanente de Gestão /Coordenadoria Geral do Programa Macaé Cidadão, Macaé-RJ, 2012.

BAUMAN, Zigmund. *Sobre educação e juventude*. Rio de Janeiro, Zahar: 2013

BRASIL. Panorama da Educação: destaques do Education at a Glance 2018. –Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Diretoria de Estatísticas Educacionais, Brasília-DF, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Mobilidade social uma avaliação comparativa. *Revista de administração de empresas*, vol.13, no.4, São Paulo, Oct./Dec. 1973. Acesso em: 27 de novembro de 2018

CASTEL, Roberto. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma de fazer políticas públicas – políticas de/para/com juventudes. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 19-46, jul./dez. 2002.

CRUZ, José Luis Vianna. Os desafios na Região Brasileira do Petróleo. In \_\_\_\_ (Org). *Brasil, O desafio da diversidade: Experiências de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005.

FERREIRA, F. H. G. (2000), "Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?", in R. Henriques (org.), *Desigualdade e pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, Ipea.

NOVAES, Regina Célia Reyes; CARA, Daniel Tojeira; SILVA, Danilo Moreira da; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs). *Política Nacional da Juventude: Diretrizes e Perspectivas*. Conselho Nacional da Juventude, Fundação Friedrich Ebert, 2006.

PIQUET, Rosélia. *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003

POCHMAN, Marcio. Desemprego. Caderno Temático, Suplemento do *Jornal da Unicamp* 156, Campinas – SP, Novembro de 2000. Acesso em: 27 de novembro de 2018.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. 1. ed. Revista, São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

SCALON, Maria Celi. Mobilidade Social: Teoria(s) e Método(s). 25º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 16 A 20 DE OUTUBRO DE 2001 - CAXAMBU – MG. Acesso em: 28 de novembro de 2018.

SOUTHWELL, M. Em torno da construção de hegemonia educativa: contribuições do pensamento de Ernesto Laclau ao problema da transmissão da cultura. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L.P. *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso*: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008, p. 115-132.

SCHULTZ, T. W. *O Capital Humano*: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TROTTIER, C.; LAFORCE, L.; CLOUTIER, R. Lesreprésentations de l'insertionprofessionnelle chez lesdiplômés de l'université. In: CHARLOT, B.; GLASMAN, G. (Org.). *Lesjeunes, l'insertion, l'emploi*. Paris: PUF, 1998. p. 390-341.